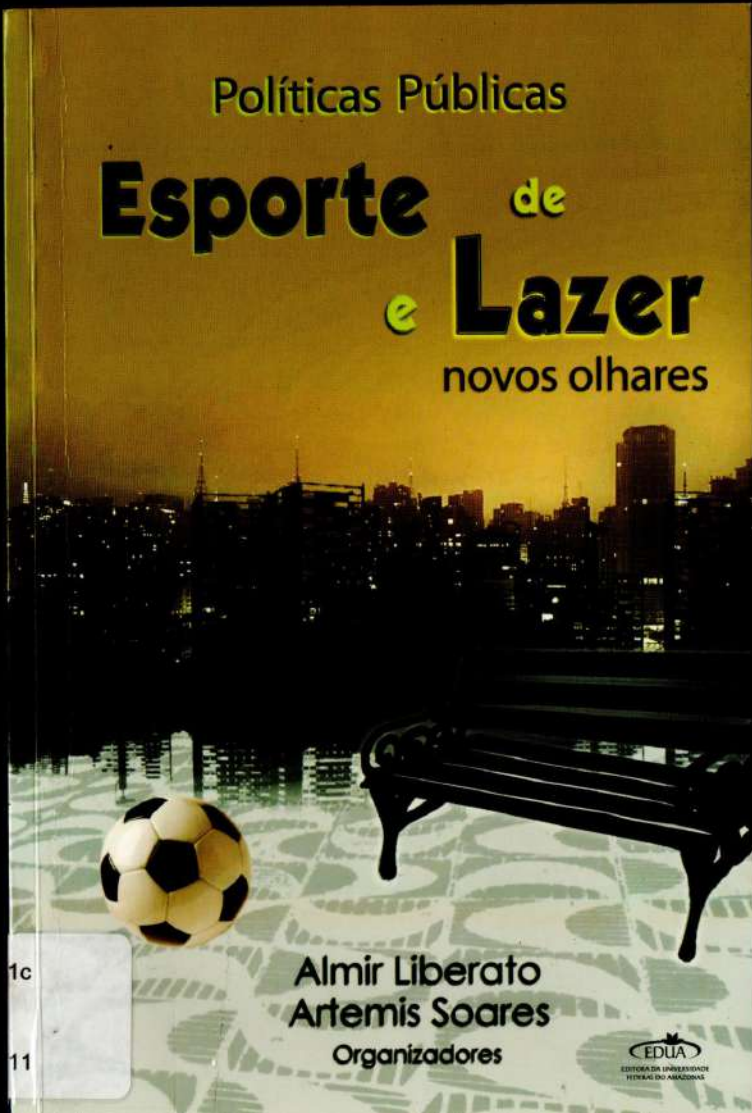


OLIVEIRA, J. A. A cidade e a produção dos espaços públicos de lazer. In: Almir Liberato; Artemis Soares. (Org.). Políticas Públicas de esporte e lazer: traços históricos. Manaus: EDUA, 2010, v. , p. 82-97.

Políticas Públicas

Esporte de
e Lazer
novos olhares



1c

11

Almir Liberato
Artemis Soares
Organizadores



A edição deste livro apresenta ao público as contribuições produzidas pelos pesquisadores convidados para o VIII Seminário Nacional de Políticas de Esporte e Lazer realizado em Manaus, na Faculdade de Educação Física da Universidade Federal do Amazonas-Ufam com o apoio da SNDEL-Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas.

O tema principal, Esporte e Lazer na Perspectiva Ecológica - relação do ambiente com o esporte, o lazer e a qualidade de vida - foi tratada de forma variada, constando de conferências e palestras, mesas redondas, oficinas, mesas temáticas de comunicação oral e posters reunindo gestores, generalistas na área de ecologia e pesquisadores da atividade física relacionada com o meio ambiente, visando a discussão das perspectivas ecológicas do Esporte, do Lazer e da Qualidade de Vida.

A obra está dividida em três grandes blocos que correspondem às conferências, palestras e comunicações, abordando desde as questões do lazer e patrimônio ambiental urbano, passando pelas questões da função social das cidades com seus espaços públicos de lazer e pelas políticas públicas em esporte e lazer, além de discutir a pesquisa em esporte e lazer e as fontes de financiamento.

Políticas Públicas de Esporte e Lazer - Novos Olhares

José Adalberto de
Alves
Manaus/2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Antônio Witkoski
Dr.ª Valéria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Antonio Marmoz (Université de Versailles)
Antônio Cattani (UFRGS)
Alfredo Bosi (USP)
Spartacus Astolfi (UFAM)
Boaventura Sousa Santos (Universidade de Coimbra)
Bernard Emery (Université Stendhal-Grenoble 3)
Cesar Barreira (UFC)
Conceição Almeida (UFRN)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP)
Gabriel Conh (USP)
Gerusa Ferreira (PUC/SP)
José Vicente Tavares (UFRGS)
José Paulo Netto (UFRJ)
João Bosco Lopes Botelho (UFAM)
Paulo Emílio (FGV/RJ)
Élide Rugai Bastos (UNICAMP)
Luiza Garnello (FIOCRUZ)
Renan Freitas Pinto (UFAM)
Renato Ortiz (UNICAMP)
Rosa Ester Rossini (USP)
Renato Tribuzi (UFAM)

Almir Liberato
Artemis Soares
(Organizadores)

Políticas Públicas de Esporte e Lazer – Novos
Olhares



Manaus - Am
2010

Copyright©2010 Universidade Federal do Amazonas

REITORIA

Márcia Perales Mendes Silva

EDITORA

Iraídes Caldas Torres

REVISÃO

Cinara Cardoso - Técnica
Mateus Coimbra - Português

CAPA

Rodrigo Vale

PROJETO GRÁFICO E ILUSTRAÇÃO ELETRÔNICA

Luciana Freire Braga
Danielle Reis

Liberato, Almir; Soares, Artemis - (org.)

Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Traços históricos. Almir
Liberato e Artemis Soares organizadores – Manaus: Editora da Uni-
versidade Federal do Amazonas, 2010.

356 p.; il. 14x21 cm

ISBN 978-85-7401-497-5

1. Políticas Públicas 2. Esporte e lazer I. Título.

CDU 37.014

EDUA

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Av. Gal Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário, Coroado I

CEP 69077-000 Manaus/AM

Telefaxes: (tfx) 92.3305-4291 e 9128-5327

www.ufam.edu.br e-mail: edua_ufam@yahoo.com.br

Prefácio

Durante minha trajetória na Gestão de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, uma das questões que mais me sensibilizou foi a ausência de eventos e publicações específicas que servissem de subsídios para o embasamento da prática desenvolvida nesse âmbito. E, assim como eu, vários gestores constantemente deixavam claro esse vazio. A presente publicação contribui para superar esta questão, especialmente considerando dois aspectos.

Primeiro, é importante destacar que os textos que compõem esta obra são derivados de um evento, cujos anais publicam todos os trabalhos aprovados pela Comissão Científica do VIII Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer, que foi realizado no período de 15 a 18 de abril de 2008, na Universidade Federal do Amazonas, por meio da Faculdade de Educação Física, com o apoio da Secretaria Nacional do Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, do Ministério do Esporte.

Em segundo lugar, a presente obra reúne alguns dos textos desta VIII edição do Seminário, tendo passado, portanto, por mais de uma seleção.

O livro propõe ter uma circulação mais ampla no país, complementando a divulgação realizada pelos Anais do evento, chegando a públicos diferenciados, que possam gerar outros debates sobre as questões e temas tratados.

O tema principal deste Seminário Nacional foi ESPORTE E LAZER NA PERSPECTIVA ECOLÓGICA: relação do ambiente com o esporte, o lazer e a qualidade de vida, onde se pretendeu aprofundar as discussões em torno das políticas de esporte e lazer, nas diversas esferas da sociedade e, também, debater o papel do po-

der público diante das questões do lazer e da ecologia, as quais estão presentes na qualidade de vida pós-moderna.

Esta publicação chega, justamente, em um momento significativo para as Políticas Públicas de Esporte Recreativo e do Lazer, no âmbito federal, a partir do qual há o reconhecimento das suas características de transversalidade e da necessidade de trabalhos interdisciplinares. Ações que estamos procurando, já há algum tempo, desenvolver de forma intersetorial com outras Secretarias e Ministérios, buscando parcerias com universidades, entidades do terceiro setor, sistema S, clubes e outros agentes do setor público (Prefeituras e Estados).

Como exemplo destas políticas transversais podemos citar o *PELC/PRONASCI*, uma parceria do Ministério do Esporte com o Ministério da Justiça, que inclui ações de Esporte e Lazer como parte importante do Programa *Segurança com Cidadania*, que busca, através de um projeto democrático, promover a coesão social, a integração dos cidadãos, principalmente dos jovens. Já no Programa *Mais Educação*, do Ministério da Educação, inclui o Esporte e Lazer como fator fundamental para a melhoria da qualidade da educação em nosso País, não se restringindo apenas à educação formal, mas também aquela que acontece fora dos muros das escolas.

Cumprimentando todos os autores do presente livro, esperamos que o mesmo sirva para trazer mais subsídios aos estudos das Políticas Públicas brasileiras, assim como para a implementação das mesmas, com conteúdos cada vez mais aprofundados e de forma participativa.

Rejane Penna Rodrigues
Secretária nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer
Ministério do Esporte

Sumário

12 Apresentação

CONFERÊNCIAS

- 15 Perspectivas de uma epistemologia renovada para o meio ambiente e sua relação com o esporte e lazer
Lamartine da Costa
- 43 Do Homo Sportivus: relações entre natureza e cultura
Jorge Olímpio Bento

PALESTRAS

- 74 O desporto, a cidade e o lazer
José Manuel Constantino
- 82 A cidade e a produção dos espaços públicos de lazer
José Aldemir de Oliveira
- 98 Função social das cidades: breve consideração
Robério dos Santos Pereira Braga
- 114 Lazer e patrimônio ambiental urbano
Nelson Carvalho Marcellino
- 137 Lazer, cidadania, conhecimento na sociedade globalizada
Maruschka Martini Moesch

- 153 Apoio à pesquisa em esporte e lazer no Estado do Amazonas
Odenildo Teixeira Sena
- 156 A pesquisa em esporte e lazer e as fontes de financiamento: experiência da secretaria nacional de desenvolvimento de Esporte e Lazer do Ministério do Esporte
Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto
- 169 Políticas públicas municipal em esporte e lazer
Evolázio Pereira Nascimento
- 185 Políticas públicas estaduais em esporte e lazer
Lupércio Ramos
- 188 Os jogos olímpicos da antiguidade e o surgimento dos jogos da era oderna
Roberto Gesta de Melo
- 198 Movimento olímpico: organização, comunicação social e símbolos
José Vicente Mouna
- 212 Por uma teoria da comunicação no desporto de alto rendimento
Victor Serpa

COMUNICAÇÕES

- 225 Políticas públicas para o esporte: a avaliação do projeto saúde nas praça
Daniilo Zero dos Santos | Paulo Fernando Moraes

- 232 Visita aos equipamentos de lazer de cidade média de região metropolitana: uma visão a partir da análise dos dados
*Felipe Soligo Barbosa
Nelson Carvalho Marcellino*
- 238 Espaços e equipamentos de lazer: observações e opiniões em cidades de pequeno porte de região metropolitana
Stéphanie Helena Mariano | Nelson Carvalho Marcellino
- 247 Lazer e esportes da natureza e suas contribuições ao desenvolvimento socioambiental
Kássio Vinicius Castro Gomes
- 258 Educação ambiental como forma de promover a sustentabilidade ecológica de uma região
Mônica Delgado
- 263 As políticas públicas de lazer de Niterói e o caminho Niemeyer
Paulo A. Crescindo de Almeida
- 272 Política pública de lazer: relações entre meio ambiente e atuação profissional
Mirleide Chaar Bahia | Cathia Alves
- 283 Os jogos Amazônicos da natureza - uma atividade física e desportiva: subsídio sustentável como gerador de recursos e uma possível estratégia de intervenção e proteção do mercado de trabalho do profissional de educação física
Myrian Abecassis Faber | Jefferson Jurema | Vanderlan Santos Mota

- pú
pe
VI
Es
Fa
Ur
U
S
D
M
Ar
Ar
La
do
qu
va
pa
me
po
na
ati
an
pe
La
gr
co
ab
pa
pe
de
lar
es
pe
fla
- 293 Recreação e qualidade de vida numa cidade dos trópicos úmidos: uma visão das políticas públicas de lazer na cidade de Manaus-Am
Vanderlan Santos Mota | Myrian Abecassis Faber | Jefferson Jurema
- 303 Políticas públicas de esporte e lazer: realidade e perspectivas no município de Porto Velho
Elizângela de Souza Bernaldino | Érica Patrícia de Oliveira Pinheiro | Juliana Nunes de Oliveira | Célio José Borges | Luis Gonzaga de Oliveira Gonçalves
- 311 Projeto vida saudável: promovendo saúde e lazer para a terceira idade na cidade de Manaus
Raimundo Gomes de Araújo
- 318 Lazer e ação comunitária uma intervenção cultural para e pelo lazer junto aos jovens da gangue de Parolândia em Moju-PA.
Vera Solange Pires Gomes de Sousa
- 327 Estudo do desempenho motor e crescimento de escolares do Ensino Fundamental do Município de Manaus - Am: subsídios para o planejamento de políticas públicas de educação física e esporte na escola
Ivan de Jesus Ferreira | Daurimar Pinheiro Leão | Tânia Regina Alves de Souza Leão
- 338 Esporte aquático: uma visão de lazer e sustentabilidade para o complexo poliesportivo da Ponta Negra
Sandra Maria dos Santos | Maria Cleide Meireles C. Queiroz
- 348 Programa segundo tempo: uma política pública para revitalização da cultura corporal de movimentos do povo Baré da comunidade Terra Preta - Manaus/ Amazonas
Jhones Rodrigues Pereira

Apresentação

A realização do VIII SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER em Manaus foi uma iniciativa de um grupo de professores da Faculdade de Educação Física-FEF da Universidade Federal do Amazonas-UFAM comprometido com as Políticas Públicas em Esporte e Lazer em nosso Estado e com a ecologia, que contando com o apoio coletivo dos colegas da nossa faculdade e da UFAM, com muita determinação foi em busca de parceiros para a sua realização.

Nossos esforços foram exitosos tanto pelo nível das conferências e debates apresentados como pelos desdobramentos que se traduzem pela adesão de novos participantes nos projetos sociais do Ministério do Esporte e o engajamento na produção científica.

A FEF, como entidade produtora de conhecimento e responsável pela formação de profissionais da área, viu-se no cumprimento de mais uma etapa de trabalho que oportunizou aos profissionais do nosso Estado a possibilidade de ampliação do seu universo de conhecimento como também de enriquecimento pelas trocas possíveis, pela apropriação de exemplos inovadores, por novos desafios.

Devemos destacar o apoio da SNDEL, Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte, que se constituiu na mola propulsora do evento. Tivemos também o apoio das Secretarias de Educação do Estado e do Município, da SEJEL-Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer e SEMESP – Secretaria Municipal de Esporte, da FAPEAM -Fundação de de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas e da UNISOL-Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões, parceiros que nos permitiram essa realização. Destaque-se o apoio da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto-Portugal, nossa parceira em grandes eventos internacionais.

O seminário teve como tema: ESPORTE E LAZER NA PERSPECTIVA ECOLÓGICA- relação do ambiente com o esporte, o lazer e a qualidade de vida. A programação foi variada, constando de conferências e palestras, mesas redondas, oficinas, mesas temáticas de comunicação oral e posters e reuniu gestores, generalistas na área de ecologia e pesquisadores da atividade física relacionada com o meio ambiente, visando a discussão das perspectivas ecológicas do Esporte, do Lazer e da Qualidade de Vida.

O evento contou com participantes de vários Estados brasileiros e a presença de gestores públicos destacando-se os presidentes de ligas esportivas da cidade e do interior.

Pretendeu-se aprofundar as discussões em torno das políticas de esporte e lazer nas diversas esferas da sociedade e também debater o papel do poder público diante das questões do lazer e da ecologia, os quais estão no entorno da qualidade de vida pós-moderna.

O Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer teve sua primeira edição em 2001, e vem sendo realizado anualmente, colocando em discussão questões relacionadas ao esporte e ao lazer, com relevância na produção do conhecimento.

Aberto à participação dos mais diversos segmentos da sociedade, procurou-se criar um locus de pluralidade política e acadêmica buscando beneficiar a população com a socialização do conhecimento resultante.

Pela importância do Seminário, a FEF juntamente com seus parceiros locais, nacionais e internacionais promove a edição deste livro trazendo a público as contribuições produzidas pelos pesquisadores convidados.

A obra está dividida em três grandes blocos que correspondem às conferências, palestras e comunicações.

Agradecemos aos conferencistas e palestrantes que enriqueceram o evento e a todos os participantes que contribuíram para seu sucesso.

Os organizadores

O que é a cidade não é uma questão fácil de ser respondida dada a complexidade que encerra a problemática urbana, pois a cidade é o lugar das contradições, do produzir riquezas, conhecimentos, obras e técnicas sendo também o centro da vida social, política e econômica. É também o lugar onde se produz miséria, mas, apesar de ser tudo isso, a cidade não é só isso, ela é o lugar de morar, trabalhar e de cuidar do corpo e do espírito.

A partir da indagação do que é a cidade ou de como se produziu uma cidade específica, Manaus, buscando compreender a articulação com os espaços públicos para demonstrar as mazelas e as belezas da cidade, identificando alguns aspectos do espaço público urbano que desapareceu ou que resiste, procurando a identidade do outro, do vivido enquanto construção do espaço urbano, o que persiste e o que tenta sobrepor-se como possibilidade no dissipar da consciência.

O presente texto, preparado para o VIII Seminário Nacional de Políticas em Esporte e Lazer, analisa a dinâmica urbana de Manaus e sua articulação com os espaços públicos. Para tanto se discute a noção de paisagem urbana e dos espaços públicos urbanos; a dimensão destes na perspectiva do cotidiano em que predomina o uso de onde emergem as festas que sobrepõem ao lazer e, finalmente, apresentaremos alguns espaços públicos que desapareceram ou resistiram associados aos sucessivos eventos da história socioeconômica da cidade, em especial o crescimento no período da borracha no final do século XIX, e a implantação da Zona Franca, na década de 60, suas transformações culminando

¹ Prof. Titular de Geografia da Ufam, líder do NEPECAB, pesquisador do CNPQ.

no início do século XXI com o Pólo Industrial de Manaus - PIM. O texto resgata a realidade complexa e contraditória do urbano, identificando os pedaços da cidade como fragmentos da vida. Os espaços de lazer aparecem com contraponto ao isolamento da metrópole, como possibilidade de estar junto como elo que pode retomar o relacionamento fraterno entre os homens e mulheres, superando o entendimento de cidade como o caos.

Paisagem urbana

A principal marca da paisagem urbana de Manaus é a sua configuração no limite da contradição e dos extremos de um passado "que ora pensamos já não sermos, ora pensamos não temos ainda deixado de ser, sombras que vêm do futuro que ora pensamos já sermos, ora pensamos nunca virmos a ser" (SANTOS, 2006, p. 13). Situada no meio da floresta e localizada às margens de dois grandes rios amazônicos, é drenada por inúmeros pequenos cursos d'água interiores, a cidade comporta um pujante parque industrial especialmente de eletrônicos.

Já tratamos em texto anterior (OLIVEIRA, 2003, p. 27-36) do entendimento de paisagem urbana, de modo mais específico aplicado às cidades da Amazônia. Embora seja necessário assinalar que os conceitos são universais a sua aplicabilidade é local. O primeiro aspecto a ser considerado é que a paisagem urbana, numa cidade dos trópicos, comporta as coisas da natureza. Manaus de hoje é um lugar bem diverso do que era quando da implantação da Zona Franca, para não retomar a eventos mais antigos, não só porque o conjunto arquitetônico e a infraestrutura foram modificados, mas também a floresta e os rios. O sítio urbano transformou-se, a posição de Manaus não é a mesma, tudo se modificou, mas principalmente a cultura a partir da mudança de hábitos e costumes.

Tratando-se da paisagem urbana, este processo explicita de um lado a dinâmica da sociedade pela capacidade de produzir complexa estrutura urbana no meio da floresta, culminando

num emaranhado de ações que determinaram novas relações socioespaciais modificadoras da natureza e principalmente dos modos de vida, o que nos leva a retomar a noção de espaços urbanos complexos formulado por Pierre George, que, apesar de possuírem características comuns, fragmentam-se em espaços funcionais e passam a ocasionar impactos nas estruturas sociais dando-lhes significação própria (1966, p. 40) quase sempre com sérias consequências para as espacialidades preexistentes.

Portanto, deve-se considerar que a paisagem está para além da aparência e por isso a sua análise e discussão enquanto urbano tem que ser vista a partir do encadeamento das ações sociais que resultaram em espacialidades. A cidade de Manaus contém momentos diversos da produção do espaço na Amazônia, o que nos remete à compreensão do processo e do modo pelo qual a cidade foi produzida como a criação do forte, o extrativismo da borracha, a implantação da Zona Franca de Manaus e a dinamização do PIM. Nos últimos três eventos ocorreu expressiva expansão da malha urbana e a consequente modificação da paisagem. Como sustenta Ana Fani Alessandri Carlos (1994, p. 48), a paisagem não é só produto da História, ela reproduz a História bem como a concepção que o homem tem e teve do modo de morar, habitar, trabalhar, comer e beber, enfim, o modo de viver.

E por que isso ocorre? Por ser o processo de produção da paisagem urbana contínuo e descontínuo no tempo e no espaço modificando as relações sociais que se concretizam em espacialidades. Ao longo do processo de expansão da malha urbana de Manaus algumas formas desapareceram, outras se transformaram e/ou foram recuperadas, passando a ter novos conteúdos, embora não tenham perdido algumas das características pretéritas. Na cidade de Manaus, as formas pretéritas que retomam especialmente ao século XIX, quando do apogeu da economia da borracha, adaptaram-se às novas funções postas pela contemporaneidade urbana e outras desapareceram.

Por isso, a cidade não pode ser reduzida à forma, pois a forma pode ser a mesma e ter funções diferentes em tempos diversos. Do mesmo modo não pode se restringir à função. A cidade é produto das relações sociais que se espacializam como resultado do modo de ser de uma dada sociedade em espaços-tempos específicos. Eis aqui o ponto de partida: compreendermos a paisagem urbana da cidade de Manaus e seus espaços públicos de lazer.

Porém, a questão de fundo a ser formulada é como, por meio de que e a partir de que paisagem, pode-se apreender o movimento e o processo de produção do espaço público de lazer na cidade? No limite, significa compreender como uma dada sociedade produz o seu espaço ao mesmo tempo em que se produz, pois o espaço é condição, meio e produto da sociedade.

Portanto, a paisagem urbana é muito mais do que o aparente, o que pode ser definido pelas formas da natureza ou do resultado da ação do homem sobre o meio geográfico (DOLFUSS, 1973, p. 13). A paisagem passa a ser concebida como a expressão concreta do complexo geográfico sendo possível identificar, a partir de sua análise, traços naturais e humanos que possibilitam investigar as relações complexas das quais sobressaem desde a paisagem vegetal até as formas do relevo e principalmente os modos como os homens e mulheres organizam suas atividades (MARX SORRE, 1984, p. 126).

No caso da paisagem urbana, existe maior complexidade, pois a natureza, no processo de produção do espaço urbano, tem outra dimensão da natureza natural. Isto não significa que a natureza não tenha importância na determinação do sítio urbano, mas o reconhecimento de que a natureza é um dos elementos da paisagem e esta é o resultado de inúmeras modificações decorrentes da ação antrópica. Na cidade de Manaus os exemplos mais significativos são inúmeros igarapés aterrados na cidade de Manaus.

Há sem dúvida uma especificamente na paisagem urbana na cidade de Manaus que deve ser considerada, o fato de a cidade

localiza-se no meio da floresta e na confluência de dois rios, o que possibilita se ter como ponto de partida da análise a explicação da relação entre o homem e a natureza, tendo como parâmetro o processo de produção mediada pelo trabalho. Neste sentido, como recomenda Ana Fani Alessandri Carlos, a paisagem urbana é produto de relações concretas que o homem produz em sociedade e por meio dela. Isso nos leva ao entendimento de que o trabalho não produz apenas mercadorias, mas cria as condições para a produção do próprio homem e da sociedade.

Neste contexto, a paisagem urbana como produto social contém as contradições inerentes à sociedade e pode se constituir como um objeto estranho àqueles que o produzem, pois que a ação de produzir a cidade não significa, para a maioria, apropriar-se dela. Nem sempre os espaços públicos são espaços efetivamente públicos. Compreender o espaço público urbano de lazer significa identificar não apenas os mecanismos que colocam em funcionamento o sistema social, mas também as várias dimensões por meio das quais o sistema social se espacializa na cidade. Ao se identificar como são produzidos os espaços públicos urbanos para a festa, para o esporte e para o lazer nos vários períodos da história da cidade é possível ver o que se esconde atrás da paisagem visível, ou seja, compreender a inter-relação entre processo e forma. Neste sentido, o acesso aos espaços públicos se diferencia a partir da capacidade que cada um tem de pagar. O abandono dos espaços públicos de lazer mostra que nos falta muito em termos de políticas urbanas, uma vez que nos falta o desdobramento dos acontecimentos. Falta-nos o entendimento de que nas cidades contemporâneas há um ritmo que aniquila o tempo e os espaços, exigindo agilidade nas tomadas de decisões, tanto do poder público como da sociedade. Caso contrário, o reflexo dessa demora aparece imediatamente na degradação da paisagem urbana.

Essas contradições só são perceptíveis quando analisadas num processo que não se esgota na produção do urbano, mas que,

também e, principalmente, inclui a apropriação do urbano, o que aponta para o direito à cidade.

O direito à cidade significa a forma superior dos direitos: é o direito à liberdade, à privacidade, à socialização, ao habitar e à moradia. Inclui também o direito à obra, à informação, à festa, à participação e à gestão da cidade, enfim o direito à apropriação que está muito além do direito à propriedade na cidade (LEFEBVRE, 1978, p. 159).

A visão de paisagem urbana articulada ao direito à cidade nos permite compreender que o processo que culminou na produção da paisagem urbana da cidade de Manaus resulta do conjunto de coisas e objetos produzidos e modificados por determinações que estavam no interior, no entorno e distante do espaço que se estava produzindo. Ou seja, a paisagem que foi sendo produzida tem as determinações objetivas de seu tempo, das técnicas e das culturas presentes e pretéritas daquele período, não sendo uma construção autônoma, mas a determinação das condições da sociedade de seu tempo, contendo tempos que se cristalizam em espaços datados. Como assinala Milton Santos, a cada novo acontecer, as coisas preexistentes mudam o seu conteúdo e o seu significado (SANTOS, 1997, p. 116); é assim com os espaços públicos que trataremos em seguida.

Espaço público urbano de lazer

Tem sido recorrente na expansão da cidade que as áreas do domínio público recebam tratamento secundário quando não são extintas. As praças e mais recentemente as ruas são cada vez mais espaços privados. Em decorrência disso tanto a praça como a rua perderam a função de lugar de encontro dissipado pelas mudanças que as transformam em espaços de *stress* social com o consequente aumento da violência, degradação do ambiente urbano, aspectos que traduzem a alienação do homem da cidade, visto que a maioria da vida pública realiza-se em recintos fechados (ALVES, 2003, p. 76).

Parte-se da idéia de espaço público urbano “como o espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade” (SERPA, 2007, p. 9). Essa noção deriva da formulação de Henri Lefebvre de prática social que engloba produção e reprodução, lugares específicos e conjuntos espaciais próprios a cada formação social que assegura a continuidade de uma relativa coesão. Esta coesão é referente ao espaço social e a relação de cada membro do grupo social com o seu espaço (1986, p. 42).

Essa relação está articulada ao cotidiano. No cotidiano está a possibilidade da superação da realidade pela procura da transformação da vida política, da economia, da estrutura jurídica e social. No âmbito da produção do espaço público urbano, aponta para a superação da linearidade imposta por um urbanismo concebido como mero desdobramento da lógica do mercado apontando para a transformação da própria vida com consequência na espacialidade que se vai construindo.

Por outro lado, o cotidiano é também o receptáculo da passividade, da desesperança, da repetitividade enfadonha, da falta de perspectiva, enfim, da miséria do dia-a-dia, especialmente de uma cidade assinalada pela exploração e pela subalternidade. Mas o cotidiano é, sobretudo, o que contém a possibilidade de mudança de vida e de transformação do virtual que reproduz a vida e que aponta para o fato de que o social não se restringe ao econômico, mas se refere às relações sociais entre os indivíduos, entre estes e o grupo e deste com a sociedade que se desenvolve tendo o espaço público urbano como meio e condição. Além disso, é no cotidiano que as relações se humanizam, contrapondo-se, no caso da cidade de Manaus, às determinações de um planejamento funcionalista que desconsidera as alteridades e com isso impõe a homogeneização dos costumes e dos modos de vida (LEFEBVRE, 1991, p. 27).

Interessa-nos é a verificação da relação entre o espaço público de lazer e o cotidiano que ocorre na cidade, especificamente na cidade de Manaus, e como o controle e a organização deste são

utilizados como estratégia e instrumento mediatizados não para transformar o espaço, mas para deformá-lo, constituindo-o como meio de reprodução da segregação social. Nessa perspectiva, o cotidiano torna-se programado e definido pela lógica do capital “com tempos marcados pela linearidade, pela repetição, pela monotonia, ‘o amanhã é idêntico ao hoje’, que impõem um ritmo inflexível à vida” (FREHSE, 1996, p. 78).

Segundo Henri Lefebvre (1991, p. 41), ao se desvendar a relação entre a espacialidade e cotidiano corre-se o risco de se considerar apenas “miséria do cotidiano” que se concentra nas humilhações dos mais pobres, nas relações elementares das pessoas com os objetos e com as necessidades. Ou, de outro modo, buscar-se apenas a sobrevivência da penúria e o prolongamento da escassez e da abstinência dos desejos. Quase sempre se arrola uma série de dados privilegiando-se o quantitativo sem a preocupação da análise qualitativa. O resultado disso é a discussão do cotidiano enfadonho, repetitivo, o dia-a-dia, ou seja, entende-se o cotidiano apenas como o conjunto de atividades com aparências modestas.

Embora a compreensão desse cotidiano seja importante, é preciso enfatizar a “grandeza do cotidiano”, que são as relações sociais que se desenrolam no espaço.

Tomem-se dois exemplos: a festa e a prática de atividades esportivas como espacialidade da vida social e da obra e as praças como lugares de práticas sociais e de lutas pela apropriação do corpo, dos desejos e principalmente da cidade. Esses exemplos podem nos levar a compreensão do processo de produção do espaço urbano que ocorre a partir dos conflitos de sujeitos pela apropriação do espaço da cidade.

O lugar da festa

A festa representa a afirmação do cotidiano e o reforço, não a ruptura com o modo de vida. A festa faz parte de um tempo, de um olhar de forma genérica, como se todos fossem iguais. Aqui

claramente se interpõe a vivência espaço e tempo diferenciado, não aparecendo a simultaneidade do lazer imposto de fora. A festa era a possibilidade de apropriação da cidade por parte das populações locais. Espaços e tempos destacavam-se na paisagem. Tempo e espaço mais livres, mais facilmente rompidos e retomados. É nesse tempo e espaço, onde está a invenção do ser, que o acontecimento se torna fato histórico. É nesse tempo e espaço que o pensamento age e prepara as concretizações do Ser (BACHELARD, 1988, p. 24).

Na Manaus dos igarapés limpos, de águas cristalinas, do banho na Cachoeira do Tarumã, no Parque 10, havia abundância de natureza, mas havia também abundância de tempo para o desfrute das condições de humanização do homem, visto que as necessidades de tempo de trabalho eram menores. Para boa parte da população era tempo da festa, do pensamento, da arte, do preparar as concretizações do ser. Neste sentido produzia-se espaço e tempo descontinuos enquanto dimensão não apenas da festa, mas também, e, principalmente, como renovação da vida.

A festa foi sistematizada tornando-se lazer enquanto ruptura do cotidiano e imposição de novos valores. Não é mais a festa e nem a atividade livre que se exerce para si mesma, é o espetáculo generalizado que torna o espaço-tempo contínuo e produz a pobreza de realizações das possibilidades, em decorrência do controle, da segregação e da hierarquia impostas pelo mercado.

Nas entrevistas com moradores da cidade para a pesquisa que deu origem ao livro já referido (OLIVEIRA, 2003), é possível identificar que a cidade de Manaus, até a década de sessenta, era uma cidade balneária. Além do Parque 10, da Ponta Negra, do Amarelinho, do Tarumã, todos os igarapés e a orla do rio Negro eram utilizados para a realização de piqueniques aos domingos por toda a família e todos os dias pelas crianças.

No igarapé de Educandos ou no rio Negro realizava-se a regata. Clube do Remo, com sede no igarapé de Manaus; o Grémio

Náutico Português, com sede na avenida 7 de Setembro; Clube Amazonense de Regatas, na Garagem Rio Negro, e o Manaus Ruder Club eram as principais agremiações. As regatas realizadas no rio Negro e no igarapé de Educandos eram assistidas por um grande número de pessoas que se colocavam na primeira ponte da avenida 7 de Setembro, próxima ao igarapé de Manaus.

A festa também acontecia nos clubes que proliferavam por toda a cidade e ia desde os frequentados pela elite até os populares. No final da década de quarenta havia o Ideal Clube, fundado na rua Dr. Moreira, depois transferido para a rua Henrique Martins e, finalmente, para a avenida Eduardo Ribeiro; o Nacional Futebol Clube, na rua Saldanha Marinho, 516; o Atlético Rio Negro Clube, na praça da Saudade; Olímpico Clube, na rua Leonardo Malcher, 603; União Esportiva Luso-Brasileira, na avenida Joaquim Nabuco, 1372; Nacional Fast Clube, na rua Lobo D'Almada; Bosque Clube, na praça 9 de Novembro, 151; Independência Futebol Clube, na rua Xavier de Mendonça, 252; Luso Sporting Club, na rua Monsenhor Coutinho; Atlético El-Dorado Clube, na rua Monsenhor Coutinho, 64; São Raimundo e Sul-América, no bairro de São Raimundo; Atlético Barés Clube, na praça dos Remédios, 140; União Esportiva de Constantinópolis, na estrada de Constantinópolis; Tijuca Clube, na rua Instalação, 87; Rio Branco Futebol Clube, na rua Silva Ramos, 933; Satélite Clube, na rua Dr. Moreira, 59. Além desses, havia ainda o Ypiranga, General Carneiro, Orion, Madureira, Santos e Botafogo na Cachoeirinha; Ação Social, Solimões e Fluminense na Praça 14; Olaria e Libermorro, em Santa Luzia; Penarol, em Petrópolis; Santa Cruz e Internacional no Boulevard Amazonas, e o Labor, em Educandos (OLIVEIRA, 2003).

A festa se ampliava em alguns clubes que também atuavam na parte esportiva, principalmente no futebol que, até meados da década de sessenta, era amador. Embora existissem campos por toda a cidade, especialmente nas margens dos igarapés, na época da

vazante, o principal campo de futebol era o Parque Amazonense, situado no Beco do Macedo. Havia ainda o campo do General Osório, no Centro; o campo do Luso, no bairro dos Bilhares; o Gal. Carneiro, na Cachoeirinha e, mais tarde, o campo da Colina e o campo do Sul-América, no bairro de São Raimundo; o campo do Labor, em Educandos, e Penarol, em Petrópolis.

Destinada ao esporte, havia uma importante praça na cidade do final do século XIX que durou até a década de cinquenta: era o Velódromo, localizado no bairro da Cachoeirinha, situado no quarteirão formado pelas ruas Santa Izabel, Uruará e Silves. Era um amplo estádio equipado com pistas para patinação e quadras para prática de vários esportes. Entretanto, a sua principal atividade esportiva eram as corridas ciclísticas e de motocicletas das quais participavam corredores de todo o Brasil e do exterior.

Primeiro o Velódromo foi denominado Recreio. Construído no final do século XIX, na década de quarenta foi remodelado, recebendo o nome de Velódromo Álvaro Maia, sendo reinaugurado em 1945, deixando de funcionar nos anos cinquenta quando o terreno foi adquirido por uma empresa comercial. As corridas realizadas no Velódromo atraíam grande número de pessoas, tornando-se um acontecimento com grande afluência de público.

Numa crônica publicada em 1995, Alvir Assunção descreve o domingo de uma família na Manaus dos anos cinquenta:

O domingo era esperado com ansiedade, era dia de festa. Logo cedo iam ao Mercado Grande, levava as crianças para tomar mingau, comer broa, comprar uma bola de sernambi e fazer as compras da semana. Depois vinha o banho no igarapé do Quarenta, o almoço farto e melhorado. À tarde vinha o passeio de bonde pela linha Circular. Visita ao Aviaquário Municipal e uma esticada até a Praça da Polícia, onde os doces e sorvetes faziam mais sucesso com a garotada do que a banda que se exibia garbosamente no coreto.

As praças

O desaparecimento de praças na parte central da cidade nos possibilita compreender quais as prioridades que perpassavam as políticas públicas urbanas. A primeira é que o espaço público urbano foi sendo produzido apenas como o lugar da produção e, em decorrência desse entendimento, as políticas públicas voltadas para a solução dos problemas urbanos não se constituíram como meios capazes de superar a visão de cidade funcional. As políticas públicas eram aplicadas numa cidade e para uma cidade enquanto espaço das relações econômicas.

No Centro, uma das praças que ainda permanece, mas que foi objeto de várias mutilações, é a Praça da Saudade. Nos anos cinquenta foi totalmente desfigurada com a construção de um prédio na parte fronteira, a oeste, a ser utilizado como casa da cultura, abrigando, depois, a Secretária de Educação e, posteriormente, várias repartições públicas. O prédio foi demolido em 2007.

Sobre essa praça, é importante a consideração feita pelo Superintendente Hugo Ribeiro Carneiro no Relatório apresentado à Intendência Municipal, em 1925, que, de certa maneira, sintetiza a preocupação dos administradores com as áreas verdes da cidade:

A Praça da Saudade deve desaparecer para dar lugar a um arruamento dividindo-se em 2 quarteirões. Seria vendida e geraria recursos para o Município que não pode se dar o luxo de manter praças desnecessárias" (OLIVEIRA, 2003, p. 104).

Uma exceção na preocupação com as praças da cidade no período ocorreu durante a administração de Araújo Lima, que administrou a cidade entre 1926 a 1929 e que procedeu à recuperação das praças do centro com a construção, ampliação e reparação de jardins e parques, estabelecendo certo ordenamento dos jardins e das praças do centro, erguendo o relógio na avenida Eduardo Ribeiro e criando, em 1928, o Bosque do Tarumã e redimensionando o Bosque Municipal.

Também na década de trinta, na administração de Antônio Botelho Maia, que esteve à frente da municipalidade durante o Estado Novo, houve ações públicas direcionadas à preservação da cidade. Foram criados na sua administração o Balneário do Parque 10 de Novembro, o Aviaquário Municipal, o Horto Florestal e o Castanhal de Manaus, na área leste da cidade, com mil castanheiras.

Considerando-se a parte central da cidade no período pós-Zona Franca não foram construídas novas praças, o mesmo ocorrendo com os bairros para onde ocorre a expansão urbana. Recentemente, 2005-2007, foram implantados dois parques urbanos: o dos Bilhares e o do Japiim.

Considerações finais

A conclusão a que se chega, a partir da análise dos espaços públicos de lazer na cidade de Manaus, é que a construção da espacialidade urbana, apesar de todas as transformações ocorridas, que aniquilam as formas de relações sociais existentes, possibilita a persistência da dimensão humana simbolizada na festa, que tem o sentido da resistência, embora quem o faça talvez não compreenda essa dimensão. Mas o faz, reinventando formas de relações com as coisas, com os objetos e com os homens.

É possível inferir também que, na forma da cidade, estão também as possibilidades do futuro enquanto permanências e rupturas, pois o espaço é a realização da História, sendo a um só tempo passado, presente e futuro (SANTOS, 1997, p. 124).

Como já referido antes, é preciso destacar que, para além das atividades econômicas, a cidade é também o lugar de morar, de trabalhar, de circular e de cuidar do corpo e do espírito. E as políticas públicas devem ser instrumentos de ações direcionadas à produção de uma nova urbanidade que privilegie a criação na cidade de espaços públicos. A urbanidade significa a criação de meios para

forjar um novo homem que busque o tempo para os encontros que ultrapasse a troca de coisas e vise à construção e ao resgate da cidadania.

A cidadania significa a oportunidade de uma vida decente, com acesso ao trabalho e aos serviços básicos: água, energia, educação, transporte e saúde. Se a ausência desses serviços é condenável, da mesma maneira é também inaceitável a existência de espaços públicos para usufruto das pessoas. A inadequação e/ou a inexistência desses espaços faz com que os habitantes da cidade fiquem cada vez mais distantes do direito à cidade como o lugar para a reprodução da vida.

Do ponto de vista da pesquisa científica, com tantos problemas na cidade, por que se preocupar com os estudos dos espaços públicos de lazer?

Em primeiro lugar, eles são os espaços da cidadania. Esse aspecto é relevante em termos de paisagem urbana em qualquer cidade do mundo, sendo mais significativo numa cidade em plena região equatorial e com alto índice de insolação durante todo ano como é o caso de Manaus. Além disso, a cidade configura-se como produção de relações sociais, ou seja, o importante são as pessoas e o seu bem-estar. A existência ou não de áreas verdes, parques, campos, quadras, cinemas, teatros, calçadas é um fator importante para inferirmos a qualidade de vida que não pode se restringir aos índices econômicos, que são importantes, mas insuficientes. Define-se qualidade de vida como a sensação de bem-estar do indivíduo, sendo que essa sensação depende de fatores subjetivos e objetivos, e o ambiente influi em ambos.

Em segundo lugar, a pesquisa científica sobre os espaços de lazer das cidades pode contribuir para demonstrar a contradição que encerra a produção do espaço urbano, pois se espaços públicos desaparecem, outros surgem a confirmar que a cidade é o fazer-se constante. Este fazer-se muitas vezes aniquila o que está produzido para criar o novo, o moderno. É o produzir reproduzindo-se

incessantemente. Construindo e destruindo não apenas o conjunto arquitetônico, mas modos de vida.

Referências

ALVES, Fernando M. Brandão. *Avaliação da qualidade do espaço público urbano: proposta metodológica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

ASSUNÇÃO, Alvir. Feixe de lenha no ombro e lata d'água na cabeça. *Jornal Amazonas em Tempo*, Manaus, 7.4.1995, Caderno Arte Final.

_____. Festeiros e Clubes. *Jornal Amazonas em Tempo*, Manaus: 5.5.1995. Caderno Arte Final.

BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. São Paulo: Ática, 1988.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.

DOLFUSS, Olivier. *A análise geográfica*. São Paulo: DIFEL, 1973.

FRENSE, Fraya *et alii*. O estranho do sonho: entre o imediato e o possível. In: MARTINS, José de Souza (organizador) *(Des)Figurações: a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole*. São Paulo: USP; Hucitec, 1996. p. 73-100.

GEORGE, Pierre. *Sociologie et géographie*. Paris: Presses Univertaires de France, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *El derecho a la ciudad*. Cuarta Edición. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

_____. *La production de l'espace*. 3. ed. Paris: Éditions Anthropos, 1986.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920-1967: cidade doce e dura em excesso*. Manaus: EDUA, 2003.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo*. São Paulo: Cortez, 2006.

SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

Artemis Soares - Realizou curso de Mestrado em Educação Física pela Universidade do Estado de São Paulo-USP. (1981) tendo como foco de estudo a Ginástica Rítmica e Doutorado em Ciências do Desporto pela Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Portugal (1999) com foco na corporeidade indígena. É docente da Faculdade de Educação Física da UFAM, e atua no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, no Instituto de Ciências Humanas e Letras. É líder do grupo de pesquisa Aspectos antropológicos e sócio-culturais da Educação Física e do Esporte, corporeidade, condições de vida e saúde de diferentes grupos populacionais. Corporeidade, UFAM/CNPq e pesquisadora do grupo de Pesquisa Implicações do Modelo Bioecológico no Esporte e na Educação Física, da Universidade do Estado de Santa Catarina. Pos-Doc: 1- Université PARIS-5 em Paris, onde desenvolveu pesquisa em conjunto com o Prof. Dr. Pierre Parlebas dentro do tema Jogos Tradicionais, e 2- Université Rennes 2, FR, onde desenvolve pesquisas em duas linhas: no âmbito da didática, com foco nos processos de iniciação à Ginástica Rítmica, e no âmbito da sócio-anthropologia com trabalhos centrados no futebol indígena. Contato: artemissoares@yahoo.com.br

Almir Liberato - É Mestre em Educação Física pela Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo e Doutor em Pedagogia do Desporto pela Faculdade de Desporto da Universidade do Porto/Portugal. Docente dos cursos de Licenciatura em Educação Física, Bacharelado em Educação Física da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade do Amazonas. Atua nas áreas de pedagogia do desporto e gestão do desporto. Atualmente exerce integralmente a função de diretor executivo da Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões, a qual apóia a Universidade Federal do Amazonas. Contato: liberato.almir@gmail.com

"No cotidiano da vida diária, para a maioria da população, a bela cidade constitui o equipamento mais apropriado para que o lazer possa se desenvolver. O crescimento desordenado, a especulação imobiliária, enfim, uma série de fatores vem contribuindo para que o quadro das nossas cidades não seja dos mais promissores, quer na defesa de espaços, quer em termos da paisagem urbana, quando se fala da contemplação estética. Em nome da economia e da funcionalidade, muito se tem feito "enfeando" a paisagem urbana. Historicamente, entre estudiosos e instituições voltadas para a preservação, nota-se uma ampliação gradativa da abrangência do conceito com a idéia de excepcionalidade dando lugar a noção de representatividade dos elementos a serem preservados. Dessa forma, evoluiu-se para o conceito de Patrimônio Ambiental Urbano, constituído por espaços, que inclusive transcendem a obra isolada e que caracterizam as cidades, pelo seu valor histórico, social, cultural, formal, técnico ou afetivo.

Com o crescimento urbano, somado às desigualdades sociais, perderam-se espaços públicos para a realização de jogos e brincadeiras e atividades de lazer, que foram transferidos a espaços domésticos ou privados, limitando as opções dos variados conteúdos culturais do lazer. "Dessa forma, para a requalificação do espaço urbano, as políticas públicas têm importante papel."

LIBERATO, Almir; SOARES, Art
Políticas públicas de esporte



000000712

Apoio:



Patrocínio



ISBN 85-358-0000-0



9 7865 000000